

agradecendo a oportunidade, mais uma vez, de servir a este Tribunal e dizer que não poderia deixar de, ao assumir este Tribunal, lembrar da minha história. Eu fui vereador em dois mandatos e deputado por três mandatos. Muito me orgulha a caminhada no Parlamento. Muito me orgulha. Então, a minha homenagem aos deputados Rodrigo Amorim, Valdecy, meu irmão Fred, desejando que o Parlamento continue firme, lutando pelo Estado do Rio de Janeiro e que agora, aqui no Tribunal, eu tenho um compromisso de também continuar lutando em prol do povo fluminense. Obrigado, Senhor Presidente.”. Em seguida, foi concedida a palavra à Excelentíssima Defensora Pública-Geral do Estado do Rio de Janeiro, Senhora Patrícia Cardoso, que assim se expressou: “Boa tarde a todas as pessoas presentes. É uma honra estar aqui hoje nesta solenidade tão importante para o Estado do Rio de Janeiro. Cumprimentar, especialmente, o Presidente, Conselheiro Rodrigo Melo do Nascimento, o Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, Cláudio Castro e sua esposa Analine, que está aqui presente também. Deputado Chico Machado, Excelentíssimo Senhor Desembargador Henrique Figueira, Presidente do nosso Tribunal de Justiça. Caro amigo, Excelentíssimo Senhor Procurador de Justiça Luciano Mattos e o Doutor Marfan, Excelentíssimo Senhor Doutor Marfan, nosso eterno Procurador de Justiça, General Pazuello, agora Deputado Federal, e os Conselheiros aqui presentes, não deixando de lembrar da Conselheira Marianna. Estive com ela ontem fazendo uma visita de cortesia. Conselheiro Márcio Pacheco, parabéns pela Vice-Presidência. Conselheira Andrea, a quem já tive a oportunidade de fazer uma visita de cortesia também. Conselheiro Márcio também. Queria cumprimentar especialmente a Andrea juntamente com Marianna, representantes das mulheres nesse espaço democrático e tão importante para o Estado do Rio de Janeiro. Queria cumprimentar o Conselheiro Cristiano com muita deferência. Conselheiro Marcelo Verdini e o Procurador-Geral do Ministério Público junto aqui ao Tribunal, Henrique Cunha de Lima, Excelentíssimo Senhor Henrique. Queria finalizar os meus cumprimentos não deixando de citar Bruno Dubeux, Procurador-Geral do Estado, querido amigo, e especialmente, Professor Sérgio Cavaliéri Filho, meu eterno Mestre, meu eterno Professor. Pude ter a oportunidade de aprender muito com o Senhor na Academia e me formar como pessoa, como uma melhor Defensora, como uma Professora e agora assumindo o cargo da primeira Defensora Pública mulher do Estado do Rio de Janeiro, vou levar todos os seus ensinamentos de gestor para aquela Cadeira. Muito obrigada. Queria dizer que a Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro aprendeu muito com essa Casa nos últimos anos. A Defensoria Pública nos últimos oito anos, com os ex-Defensores Públicos-Gerais André Castro e Rodrigo Pacheco, passou por uma modernização muito importante na sua gestão e o Tribunal de Contas do Estado foi muito responsável por essa modernização. A colaboração, sempre com espírito pedagógico, para o crescimento da nossa gestão, para que a gente possa fazer as coisas certas, da maneira correta, sempre com o intuito não adversarial, mas, sim, colaborativo e no sentido de nos auxiliar a implementar todas as mudanças e modernizações dos últimos anos. A Escola de Contas é muito importante nessa parceria com a Defensoria, gostei muito da fala do Senhor. Coloco a Defensoria à disposição, Centro de Estudos Jurídicos da Defensoria à disposição. Poder estar no Estado do Rio de Janeiro nesse momento, que nós sabemos que é um momento de muitos desafios, e colocar uma instituição tão importante para a população mais vulnerável desse Estado para rodar com milhares de atendimentos por ano, com um corpo de apoio grande, defensores, a sociedade fluminense muito empobrecida, a Defensoria Pública tem uma missão muito importante na oitiva dos mais vulneráveis, no atendimento desses mais vulneráveis, das pessoas que estão até abaixo da linha da pobreza. Então, queria colocar a instituição à disposição do Tribunal de Contas, queria pedir a colaboração contínua do Tribunal de Contas para que a gente possa fazer uma gestão proba e correta dentro dos limites da lei. Muito obrigada. É um prazer e uma honra estar aqui. Boa tarde a todos”. Prossequindo, foi convidado a se pronunciar o Excelentíssimo Senhor Luciano Mattos, Procurador-Geral de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, que assim se manifestou: “Bom dia a todos e a todas. Cumprimento, inicialmente, nosso Governador do Estado, Cláudio Castro. Cumprimento o Presidente desta solenidade e da Corte, Conselheiro Rodrigo Nascimento, Deputado Chico Machado, Desembargador Henrique Figueira, querido amigo, Presidente do Tribunal de Justiça, Defensora Pública-Geral do Estado, querida Patrícia Cardoso, General Pazuello, hoje Deputado Federal. Meu querido amigo, Marfan Martins Vieira, grande liderança do Ministério Público não só do Rio de Janeiro, liderança do Ministério Público brasileiro. Queria cumprimentar, também, os Conselheiros aqui presentes, Márcio Pacheco, Christiano Lacerda e Marcelo Verdini, e a Conselheira Andrea. O nosso colega, Procurador-Geral aqui junto ao Ministério Público de Contas, junto ao Tribunal de Contas, Procurador-Geral do Estado, Bruno Dubeux, Desembargador Cavaliéri de tantas lutas. Queria também cumprimentar todos os secretários nas pessoas do Secretário Nicola e Rodrigo Abel, queria, por fim, cumprimentar a todas as mulheres aqui presentes na pessoa da primeira-dama, Analine Castro, e em isso cumprimentar, também, derradeira mente, todos os presentes, autoridades civis, militares, todos os senhores. Início aqui essa minha breve fala parabenizando os empossados, Conselheiro Cristiano, sucesso muito sucesso junto à Ouvidoria. Nossa Ouvidoria também estará à disposição, a Ouvidoria do Ministério Público para todas as interfaces que sejam necessárias, tenho certeza de que com o trabalho que V.Exa. já vem desempenhando aqui engrandecerá o trabalho da Ouvidoria e em isso, nos colocamos à disposição para essa parceria. Queria parabenizar o Vice-Presidente, Conselheiro Márcio Pacheco, com toda a sua experiência não só no Parlamento, mas em toda a sua vida pública já vem demonstrando e contribuindo enormemente para os trabalhos desta Corte. Eu não tenho dúvidas de que o fará e como já disse, não só nas ausências, mas também na presença do Presidente com a condução desta Corte e, por fim, parabenizar e neste caso até agradecer também toda a parceria que desenvolvemos. Parabéns pelo trabalho que desenvolveu, parabéns pela posse, pela recondução, sucesso na sua nova jornada. Fico muito feliz que tenha sido reconduzido aqui na Presidência, produzimos muitas parcerias importantes, Ministério Público e Tribunal de Contas muitas vezes, não é, Conselheiro? Temidos pelos gestores públicos, mas produzimos um trabalho de intenso diálogo, parcerias efetivamente voltadas ao cuidado, à coisa pública, a colega Aline falou aqui e é a preocupação maior de todos nós. Mas eu queria também deixar uma mensagem importante aproveitando a bela fala do nosso Vice-Presidente, agora Vice-Presidente, Conselheiro Márcio Pacheco. É claro que o Ministério Público também como o Tribunal de Contas tem a sua atividade fiscalizatória, é inerente ao cargo, mas é importante ressaltar esse outro aspecto, o aspecto pedagógico, que eu resumiria em duas vertentes, o orientador e o conciliador, e na minha gestão à frente da Procuradoria-Geral de Justiça procuramos agir dessa forma, atuando como Ministério Público resolutivo, procurando não ser parte do problema e sim parte da solução, auxiliando os gestores, deixamos na linha da conciliação regulamentações importantes no âmbito interno, como o acordo de não persecução penal, o acordo de não persecução civil, e até mesmo o acordo de não persecução disciplinar. Então, buscando sempre essa atividade conciliatória e mais do que isso, esse caráter orientador. A gente, o Ministério Público nas suas mais variadas áreas, Desembargador Cavaliéri, procura atuar junto ao gestor ajudando, auxiliando, colaborando e até muitas vezes capacitando na área da infância, na área da infância e juventude, na área do meio ambiente e diversas outras áreas, e por que não na área da defesa do patrimônio público? Por que não capacitar, contribuir para que o gestor público possa bem desempenhar as suas funções? E nesse sentido, além desse trabalho que a gente pretende dar prosseguimento de orientação, buscar que os gestores possam fazer melhor o seu trabalho e o Ministério Público não fique só com o viés punitivo, nós desenvolvemos e aí trabalhando com a ideia de que o Ministério Público tem princípios que são basilares, como a independência funcional, mas também a unidade, buscando regulamentando o princípio da unidade na instituição para que a gente possa fazer, produzir enunciados que orientem a nossa atuação, mas mais do que isso, possam também orientar a atuação do gestor. Então, nós regulamentamos instrumentos de construção da unidade institucional que vão permitir que o Ministério Público com ampla legitimidade possa produzir enunciados que visem dar segurança jurídica àquele que está na administração da coisa pública. E isso, nós já fizemos essa resolução e ela está já em fase inicial de cumprimento buscando, então, essa harmonização desses princípios fundamentais do Ministério Público que façam com que a punição seja de fato o último caminho a ser perseguido pelo Ministério Público no cuidado da coisa pública, especificamente aqui, dentro, evidentemente, de todas as suas atribuições. Mas, falando especificamente aqui no cuidado, eu gostei, no cuidado da coisa pública, é o papel do Ministério Público. Então, acho que essa mensagem é importante de ser dita, parabéns pela sua fala. Parabéns a todos os empossados, mais uma vez, e coloco o Ministério Público, sempre, à disposição. O Ministério Público estará, sempre, à disposição do Tribunal de Contas para essa interface, esse diálogo tão profícuo e necessário para a nossa sociedade. Muito obrigada”. Em seguida, foi convidado a fazer uso da palavra o Excelentíssimo Senhor Henrique Carlos de Andrade Figueira, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, que assim se expressou: “Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Rio de Janeiro, Doutor Cláudio Castro. Excelentíssimo Senhor Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, Doutor Rodrigo Melo do Nascimento. Excelentíssimo Senhor Doutor Márcio Pacheco, Vice-Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro. Senhor Deputado Chico Machado, segundo Vice-Presidente da Alerj, aqui representando o Deputado André Cecciliano. Excelentíssimo Doutor Luciano Mattos, Procurador-Geral de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Excelentíssima Senhora Doutora Patrícia Cardoso, Defensora Pública-Geral do Estado do Rio de Janeiro. Excelentíssima Senhora Eduarda Pazuello, Deputado Federal eleito. Excelentíssimo Senhor Desembargador Sérgio Cavaliéri Filho, nosso eterno Presidente do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, e Procurador-Geral do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, a pessoa mais homenageada aqui, mais reverenciada nesta Casa que é com toda justiça, com todo mérito. Excelentíssimos Senhores Conselheiros-Substitutos Marcelo Verdini Maia, Andrea Siqueira Martins e Christiano Lacerda Ghuerrren. Senhores Secretários, em nome de todos, eu saúdo o Secretário da Casa Civil Nicola Miccione e o Doutor Bruno Dubeux, Procurador-Geral do Estado. Senhores Prefeitos, senhoras e senhores, bom dia. Essa sessão solene traz um enorme alento para o povo do Estado do Rio de Janeiro. Nós ouvimos aqui a fala do Conselheiro Márcio Pacheco de assumir o compromisso de levar a Corte de Contas com o sentido orientador, o sentido de buscar dar o apoio ao administrador público, certamente, muitas vezes, mal informado sobre o que fazer, como prestar contas, como cuidar do dinheiro público e da coisa pública. É fundamental. Todo o homem público, todo aquele que ocupa um cargo público tem esse dever perante a sociedade, perante o Estado. Nós usamos o dinheiro público arrecadado pelo Estado e daí precisamos prestar contas de todos os nossos atos. Estas contas são prestadas nesta Casa e aqui, Presidente Rodrigo, nós temos certeza de que esta linha, que já não é nova, de bem ensinar, de orientar o homem público, essa linha é a melhor, é a que mais se coaduna com o espírito público, é a que mais faz o nosso Estado crescer, ter boa evolução social. A posse de V.Exas. nesses cargos é um momento de extrema felicidade para o Estado do Rio de Janeiro porque vemos aqui que nós teremos uma gestão moderna, atualizada, que muito fará pelas contas do nosso Estado e muito apoio nos dará. Eu parabenizo a todos e agradeço pela oportunidade de estar aqui. Muito obrigado. Bom dia a todos”. Em continuidade, foi convidado a fazer a sua saudação o Excelentíssimo Senhor Chico Machado, Deputado Estadual e Segundo Vice-Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, representando o presidente da Alerj, o excelentíssimo deputado estadual senhor André Cecciliano, que assim se manifestou: “Bom dia a todos e a todas. Inicialmente, eu quero agradecer a Deus por estarmos aqui reunidos neste dia tão importante para o Estado do Rio de Janeiro. Quero saudar, primeiramente, os empossados, o Excelentíssimo Senhor Conselheiro Rodrigo Melo do Nascimento, que está sendo reconduzido ao cargo de Conselheiro Presidente do TCE. Márcio Pacheco, o novo Vice-Presidente desta Corte, a Conselheira Marianna Montebello Willeman, Corregedora-Geral e demais integrantes aqui do Tribunal de Contas. Dizer que em nome da Assembleia Legislativa, do nosso Presidente André Cecciliano que não pode estar presente, quero dizer que é um momento que precisamos, realmente, ter essa sensibilidade. Agradeço também aqui, registrar a presença do nosso Governador Cláudio Castro; do nosso General Pazuello; do Presidente do TJ Doutor Henrique Figueira; o Chefe do Ministério Público Doutor Luciano Mattos; Doutor Marfan, Subprocurador-Geral de Justiça; a Defensora Pública-Geral Patrícia Cardoso, dizer que, na pessoa do Deputado Rodrigo Amorim, quero também homenagear demais deputados aqui pre-

sentes e o prefeito de Casimiro de Abreu, o nosso querido Ramon Gidalte aqui representando todos os outros prefeitos, prefeito André Português. Dizer, Senhor Presidente, que hoje é um momento realmente muito importante, um momento onde nós que somos do Poder Legislativo e que temos um contato direto com a população e com os administradores, porque durante muitos anos o Tribunal de Contas esteve muito longe dos prefeitos. Esteve muito longe de ser o conselheiro que todos os gestores precisavam e vendo hoje esse novo momento através da administração do Senhor, através da fala do Conselheiro Márcio Pacheco que foi durante muito tempo deputado e companheiro nosso na Assembleia, é essa aproximação, como aqui bem disse o Conselheiro Márcio Pacheco, em orientar, em levar conhecimento aos outros noventa e um municípios do Estado do Rio de Janeiro. Porque muitas das vezes o prefeito não tem a intenção de errar, mas lhe falta conhecimento, lhe faltam recursos para ter um bom técnico, que graças a Deus o Tribunal de Contas conta com esses técnicos para que possam orientar esses governantes, para que possam usar bem o dinheiro público e como disse aqui o Conselheiro Márcio Pacheco, uma vez orientado, uma vez aconselhado, se errar, aí sim, ser punido de forma dura, porque a população precisa dessa proteção, a população precisa de ter um Tribunal de Contas que ela possa contar em defender o bom uso do dinheiro público. Então, em nome de tudo isso, eu quero parabenizar o Senhor em nome da Assembleia Legislativa, demais Conselheiros e Conselheira também, e aqui também, homenageando a nossa primeira-dama Analine, homenageio todas as mulheres e dizer que temos que continuar esse trabalho em defesa do dinheiro público, mas agora, cada vez mais, levando conhecimento aos noventa e um prefeitos e também aos vereadores para que possam saber fiscalizar e cobrar dos prefeitos de uma forma mais assertiva. Muito obrigado. Que Deus nos proteja e que tenhamos esses dois anos de mandato do Senhor muito em proteção ao dinheiro público do Estado do Rio de Janeiro. Muito obrigado”. Na sequência, foi convidado o General de Divisão da Reserva Eduardo Pazuello, ex-Ministro da Saúde e Deputado Federal eleito, a fazer uso da palavra, assim se manifestando: “Cumprimento, inicialmente, meu amigo, Governador do Estado, Cláudio Castro, autoridade maior presente, quero cumprimentar diretamente os empossados de hoje, nosso Presidente Rodrigo, Márcio Pacheco e o Ghuerrren, parabéns pela cerimônia de posse, parabéns pelo momento. Cumprimento os nossos oradores anteriores, a Aline, cumprimento o Presidente do Tribunal do Rio de Janeiro, Luciano, Patrícia, Chico, são os oradores antes de mim e, com isso, eu gostaria de cumprimentar todas as autoridades já nominadas aqui algumas vezes para não me tomar repetitivo e alongar o nosso horário de almoço - militar tem horário de almoço - então cumprimento a plateia que está conosco aqui, e a oportunidade de estar presente, Rodrigo, obrigado pelo convite de prestigiar uma solenidade, uma cerimônia, com um ato solene de posse, rever a liturgia que tanto é necessária nas instituições, isso mantém as instituições, nunca poderemos abrir mão da liturgia das instituições, isso faz parte, as pessoas esperam que isso seja mantido, esperam que dentro, mesmo a portas fechadas, sejam mantidas exatamente como se imagina que deve ser. Gostaria de colocar aqui uma ideia, uma ideia que repeli ao longo da minha vida nas unidades que comandeí, que é o seguinte: você precisa da palavra “confiança”, ou seja, no meu caso, meus militares, eu tinha que ter confiança neles, eles tinham que ter confiança em mim. Quando eu levei isso para a área administrativa, eu tinha que ter confiança nos meus administradores e, para que houvesse confiança, eu tinha que controlá-los. Controlar, fiscalizar é obrigação nossa. Se eu não fiscalizo e não controlo, eu não tenho certeza da lisura do meu subordinado e, com isso, eu quebro a confiança. E, aqui, eu coloco esse binômio e, por que não trinômio, não é, Luciano? Falei binômio, mas é trinômio: tem o Ministério Público, tem a Controladoria Geral e tem o Tribunal de Contas do Estado neste aspecto. Os senhores, com o trabalho de controle, fiscalização e de punição, quando necessário, e também, orientação, como o Márcio coloca, vocês dão, por obrigação, o sentimento de confiança ao povo. O povo que elegeu um governo, ele tem que ter confiança no seu governo, e os senhores são os olhos desse povo, para que a confiança exista. Então, eu coloco essa ideia aqui como tão importante e tão fundamental para que as relações possam ser perenes. A confiança é a primeira das ações que fazem um grupo, ou uma estrutura funcionar. Quando se perde a confiança, perde-se tudo, e os senhores têm essa responsabilidade. Quero desejar aos senhores que tenham um trabalho profícuo nessa direção e realmente, ao final, nos deem essa confiança, essa garantia de confiar no trabalho de todos que foram eleitos, ou que foram nominados para cumprir cargos que administram recursos públicos e bens públicos. Muito obrigado”. Em seguida, a palavra foi concedida ao Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Presidente da Corte de Contas, Rodrigo Melo do Nascimento, que assim se manifestou: “Muito bom dia. Um Feliz 2023 a todos. Excelentíssimo Senhor Governador Cláudio Castro, muito nos honra aqui a sua presença em nossa posse solene. Excelentíssimo Senhor General de Divisão da Reserva Eduardo Pazuello, ex-Ministro da Saúde e Deputado Federal eleito. Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual Chico Machado, Segundo Vice-Presidente da Alerj, aqui representando aquela instituição. Também, aproveito para cumprimentar os Deputados Estaduais Rodrigo Amorim, Valdecy da Saúde e Fred Pacheco. Obrigado pela presença. Excelentíssimo Senhor Desembargador Henrique Carlos Figueira, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, muito obrigado pela sua presença e registrando aqui ao longo do último biênio como pudemos interagir e sempre com uma colaboração recíproca, verdadeira, autêntica e realmente, foi muito bom ao longo desse último biênio 2021/2022 as relações institucionais entre o TCE e o Tribunal de Justiça. Igualmente, digo o mesmo para o Excelentíssimo Senhor Luciano Mattos de Souza, Procurador-Geral de Justiça do MP e realmente, também, sempre interagindo e atuando em conjunto, porque juntos, atuando em sinergia, conseguimos melhores resultados. Excelentíssimo Senhor Doutor Marfan Martins Vieira, Subprocurador-Geral de Justiça do Estado, muito nos honra, também. Excelentíssima Senhora Patrícia Cardoso, Defensora Pública-Geral do Estado do Rio de Janeiro, obrigado pela presença e prazer em conhecê-la no dia de hoje. Excelentíssimo Senhor Márcio Henrique Cruz Pacheco, Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado, Vice-Presidente desta Casa, também me coadunando com o que o Senhor disse, também queremos, a minha intenção é atuar em conjunto para o bem da instituição, a Presidência e a Vice-Presidência. Excelentíssimo Senhor Marcelo Verdini Maia, Conselheiro-Substituto do TCE. Excelentíssima Senhora Andrea Siqueira Martins, Conselheira-Substituta. Excelentíssimo Senhor Christiano Lacerda Ghuerrren, Conselheiro-Substituto. Excelentíssimo Senhor Henrique Cunha Lima, Procurador-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas. Excelentíssimo Senhor Sérgio Cavaliéri Filho, Desembargador aposentado do Tribunal de Justiça. Presidente eterno do nosso Poder Judiciário fluminense, Procurador-Geral do Tribunal de Contas. Aproveito para cumprimentar, também, o Procurador-Geral do Estado, Bruno Dubeux, agradecendo por sua presença. Também, o Secretário Nicola Miccione, muito obrigado pela presença e em seu nome cumprimento os demais Secretários de Estado e o Controlador-Geral do Estado. Conheci hoje o novo Controlador Demétrio Farah, com toda uma identidade, uma convergência, uma interseção de atribuições que existe entre a Controladoria-Geral do Estado enquanto Controle Interno e o Tribunal de Contas do Estado enquanto Controle Externo. Excelentíssima Senhora Aline Assuf, Procuradora do Ministério Público junto ao TCE, muito obrigado pela presença, pelas palavras carinhosas que profetizou. Senhora Simone Amorim Couto, Subsecretária das Sessões do TCE, também, agradecendo por todo o apoio e profissionalismo. Aproveito para cumprimentar os servidores da Casa em nome da Secretária-Geral da Presidência, Marina Heiss; do Secretário-Geral do Controle Externo, Oséias Santana; do Secretário-Geral de Administração, Marcelo Ceranto; e da Auditoria Interna, a titular da Auditoria Interna, Patrícia Fernandes. Demais autoridades presentes, veio aqui, por exemplo, com todo o receio de esquecer de alguém, mas veio aqui o meu amigo Bruno Maia, Conselheiro do Tribunal de Contas do Município, obrigado pela sua presença. A minha família, esposa, minha filha... Minha esposa Adriana, minha filha Giulila, minha queridíssima avó Rosa Sista Gallo Nascimento, que veio aqui prestigiar, italianíssima, e agradeço multíssimo a sua presença. Fiquei extremamente feliz aqui com a sua presença. Meu tio Luiz Gallo ao lado dela, agradeço muito pela presença também. Meu irmão João Paulo, Procurador do Estado, muito obrigado pela presença. Amigos do Colégio Militar, Nascimento Filho, Grizotti, Rafael Cunha, o Comandante Isaías, também veio aqui, todos companheiros legais do Colégio Militar, e queridas amigas de faculdade, Raquel Villela que é Coordenadora de Saúde deste Tribunal, e Raquel Guimarães, também, ambas presentes, muito obrigado pela presença de vocês, minhas duas amigas. Bem, encerrando a nominata, eu cumprimento também os amigos e parentes dos Conselheiros hoje empossados. Iniciando o meu discurso, senhoras e senhores, não posso iniciar minha fala de posse sem antes me referir ao primeiro biênio que atuei como Conselheiro-Presidente deste Tribunal de Contas. Presidir um órgão da magnitude do TCE é compromisso que demanda planejamento, transparência e prestação de contas dos atos praticados. Por essas razões, ao assumir o desafio de dirigir esta Casa pela primeira vez, apresentei, logo no início do primeiro ano de atividades, o documento intitulado “Diretrizes da Gestão para o Biênio 2021-2022”. Esse documento, essas Diretrizes da Gestão foram traçadas a partir de amplo levantamento realizado por uma equipe de transição, instituída por Ato Executivo de minha antecessora, a Conselheira Marianna Willeman, em harmonia com o Plano Estratégico deste Tribunal. Por meio dessas Diretrizes da Gestão, estabelecemos as linhas gerais para a tomada de decisões da Presidência e as balizas para nortear procedimentos e ações das pessoas que trabalham neste Tribunal. A propósito, faço uma breve interrupção para expressar minha gratidão, respeito e profunda admiração pela Conselheira Marianna Willeman, pelo excelente legado que me proporcionou, quando assumi a Presidência deste Tribunal. Ela não está aqui presente, mas necessito expressar essa minha gratidão a ela. Durante todo o período de minha gestão no biênio 2021/2022, cunhei transparência às decisões e ações empreendidas, bem como aos resultados alcançados, mediante publicação dos feitos no portal desta Corte de Contas, sem embargo às inserções feitas também nos Relatórios de Atividades, produzidos trimestral e anualmente e disponibilizados no Portal de Transparência do TCE-RJ e que são encaminhados à Assembleia Legislativa por força constitucional. Ao término de meu primeiro mandato na Presidência, tenho a honra de prestar contas ao Corpo Deliberativo, aos integrantes do Ministério Público de Contas, aos servidores desta Casa e à sociedade fluminense, ao divulgar o documento Relatório de Gestão Biênio 2021-2022, que veicula as principais entregas, as principais conquistas, as melhorias implementadas em 2021 e 2022, exibindo informações organizadas segundo as diretrizes propostas ao início do biênio”. Prossequiu, propondo ao Plenário a consignação de elogio nos assentamentos funcionais da Secretária-Geral da Presidência Marina Guimarães Heiss; do Secretário-Geral de Controle Externo Oséias Pereira de Santana; do Secretário-Geral de Administração Marcelo Langreil Ceranto; da Auditoria-Chefe da Auditoria Interna Patrícia Fernandes Marques; do Procurador-Geral Sergio Cavaliéri Filho e também do Subprocurador-Geral Leonardo Fuentes Fauaz de Andrade, expressando seus sinceros agradecimentos a todos os servidores da Casa, que no biênio findo trabalharam com extremo esmero, eficiência e comprometimento, contribuindo de maneira decisiva e valiosa com a sua administração, sendo a proposta aprovada por unanimidade. Na sequência, retomou seu discurso, como segue: “Muito obrigado. Passando, agora, ao objeto da presente sessão solene, a posse para o biênio 2023/2024, expresso minha gratidão aos meus pares, Conselheiros que me elegeram, que confiaram em mim para o honroso cargo de Presidente deste Tribunal, renovando em mim sua confiança nesta importante missão de estar à frente da condução dos caminhos desta nobre Instituição. Meu muito obrigado a todos vocês! Aproveitando a experiência exitosa do último biênio e renovando meu compromisso, cumpro o dever de compartilhar com o Corpo Deliberativo, Membros do Ministério Público de Contas, servidores, colaboradores e entes jurisdicionados desta Casa, bem como com toda a sociedade fluminense, as Diretrizes da Gestão para o biênio 2023/2024, por mim aprovadas nesta data, e que subsidiarão as ações e decisões administrativas, as ações e decisões de Controle Externo deste Tribunal no mandato que ora se inicia. Os propósitos insculpidos nos Pressupostos Básicos nas Diretrizes da Gestão que integram o aludido compêndio, que ora é entregue aos Membros desta Corte e publicado no Portal do Tribunal, na internet, prenciam meu desejo de dar prosseguimento aos esforços dessa instituição permanentemente com previsão constitucional e independente, para aprimorar seu trabalho de zelar pelo bem público, adotando como norte estratégico o aprimoramento da gestão das Políticas Públicas em favor da sociedade fluminense. Todavia, depreendo que os avanços experimentados no passado recente recomendam a mudança de olhar do gestor para outras questões, igualmente merecedoras de atenção, mantendo-se a aderência ao

Planejamento Estratégico deste Tribunal, para que o desenvolvimento da Casa experimente avanços ainda maiores em áreas estratégicas e, ao mesmo tempo, preserve a continuidade das atividades essenciais ao exercício do Controle Externo. Nesse contexto, as Diretrizes da Gestão para o biênio 2023/2024 prestariam a coalizão de esforços e a participação participativa dos bons resultados, dando ensejo ao desenvolvimento de uma gestão sensível das irregularidades. O termo de ajustamento de gestão foi inserido no Regimento Interno do TCE no último biênio e tem se revelado um instrumento extremamente eficiente, eficaz para solução das irregularidades encontradas na administração pública de forma consensual entre o gestor público e o Tribunal de Contas. Então, dando ensejo ao primado da solução consensual de problemas, com ênfase na atuação preventiva, tendente a evitar a ocorrência de falhas ou irregularidades, alternativamente à atuação tardia, cujos recursos mais usuais são medidas sancionatórias ou civis, que já se revelaram inefetivas à preservação do erário contra erros ou equívocos cometidos na gestão dos recursos públicos. Impende destacar os dois enfoques que caracterizam as Diretrizes ora formuladas. Parte delas configura abordagem inside out, na qual forças internas à instituição são identificadas e organizadas - por meio da otimização dos processos de trabalho, incremento do uso de tecnologia da informação, reposicionamento dos níveis de conformidade e capacitação de pessoas - para entregar soluções às demandas do público externo. Outro conjunto de Diretrizes coaduna-se com a abordagem outside in, quando o ambiente externo é prospectado e parcerias são estabelecidas, tendo como premissa o propósito de compreender, em maior profundidade, suas necessidades, problemas e expectativas, possibilitando o desenvolvimento de soluções customizadas e, portanto, mais aderentes aos anseios da população. Relevante se faz ressaltar a dinâmica participativa que marcou o desenvolvimento destas Diretrizes para o biênio 2023/2024, haja vista que as principais unidades organizacionais do Tribunal foram ouvidas e tiveram a oportunidade de oferecer sugestões, as quais foram compatibilizadas e incorporadas a este documento, no afã de angariar o indispensável engajamento de todos na concretização dos projetos, atividades e iniciativas que serão derivadas destas Diretrizes e estarão na agenda de todos nós em cada dia do novo biênio. Eu destaco como duas das principais prioridades nessas diretrizes para o biênio 2023/2024 o Controle Externo em Saneamento Básico, que já foi visto o advento do novo Marco Legal do Saneamento e destaco também o primado da consensualidade na solução das irregularidades encontradas na Administração Pública, entre outros aspectos. Antes de encerrar, gostaria de fazer alguns agradecimentos. Em primeiro lugar, a Deus, por haver traçado o caminho que me trouxe até aqui. A minha família, maior das bênçãos a mim concedida, fonte de alegria, fonte de orgulho. Aos Membros hoje empossados, Conselheiro Márcio Pacheco, Vice-Presidente do TCE-RJ; Conselheira Marianna Willeman, Corregedora-Geral; Conselheiro Márcio Pacheco, Supervisor da ECG; e Conselheiro-Substituto Christiano Lacerda, Ouvidor deste Tribunal. A todos vocês, meus agradecimentos pela disposição em colaborar, no biênio que ora se inicia, com a administração de nossa centenária, mais que centenária Corte de Contas, completou 130 anos no último exercício, pioneira, portanto, entre as Cortes de Contas das Unidades da Federação. Agradeço aos titulares, bem como a todos os integrantes dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário do Estado do Rio de Janeiro e dos Municípios fluminenses pelo apoio e, particularmente, pelos intensos esforços para garantir a boa e regular aplicação dos recursos públicos, assegurar o bem-estar da sociedade de nosso Estado. Finalmente, encerro expressando meu firme compromisso de fazer o meu melhor a cada dia do biênio que se inicia, certo de que, da união de todos nós, surgirá a força para cumprir com efetividade nosso mister de zelar pelo erário e pela eficácia dos gastos públicos. Muito obrigado a todos”. Por fim, foi concedida a palavra ao Excelentíssimo Senhor Cláudio Castro, governador do Estado do Rio de Janeiro, que assim se manifestou: “Já muito boa tarde, senhoras e senhores, boa tarde a todos. Queria começar cumprimentando a minha esposa Analine, e através dela querer cumprimentar a todas as nossas mulheres presentes no dia de hoje. O Senhor Presidente deste Tribunal, empossando hoje, já empossado, Rodrigo Melo do Nascimento. Meu querido irmão de tantas jornadas, e também agora vice-presidente desta Corte, Conselheiro Márcio Pacheco. O Desembargador Ricardo de Andrade Figueira, meu querido amigo, presidente do Tribunal de Justiça desse Estado, deputado Cláudio Castro, Chico Machado, segundo Vice-Presidente e também líder do governo na Assembleia Legislativa e junto a ele os deputados Rodrigo Amorim, Valdecy da Saúde e Fred Pacheco. O Deputado eleito também Eduardo Pazuello, querido amigo, e ex-Ministro da Saúde, Dr. Luciano Mattos, Procurador-Geral de Justiça desse Estado, e o Dr. Marfan Martins Vieira, amigo de tantas jornadas; a Dra. Patrícia Cardoso, Defensora Pública-Geral, o Senhor Henrique Cunha Lima, Procurador-Geral do Ministério Público de Contas, o Senhor procurador do Ministério Público, que falou tão lindas palavras, parabéns, Doutora. O nosso eterno presidente e Procurador-Geral desta Casa, Desembargador Sergio Cavaliéri, a nossa Conselheira-Substituta Andrea Siqueira Martins, nosso Conselheiro Marcelo Verdini Maia e o Conselheiro Christiano Lacerda, meus cumprimentos. Os nossos Secretários, Nicola Miccione, Rodrigo Abel, Nelson Rocha, Mauro Farias, Maria Rosa, Dr. Luiz Valdecy da Saúde e Reis. O nosso Procurador-Geral do Estado, Dr. Eduardo Leite, os prefeitos, André Português, José Osmar, Ramon Gidalte, e o Adolfo Courto, presidente do Detran, demais amigos, até pelo avanço da hora, serei breve. Eu queria, presidente, mais uma vez parabenizá-lo, dizer que o senhor tem sido um grande parceiro nesse tempo. Dizer que lá na minha posse definitiva, em primeiro de maio de 2021, eu proclamava a sociedade fluminense a um grande pacto, um pacto pelo Rio de Janeiro. Um pacto para que a gente pudesse, juntos, tirar o Rio daquela situação em que estava. O Rio de Janeiro que, na véspera, tinha feito a maior concessão da história do Brasil, uma concessão tocada brilhantemente pelo nosso secretário, Nicola Miccione, mas uma concessão que, além do seu volume de recursos grandes de outorgas, era evitada de um volume maior ainda de esperanças para nossa população. Esperança da universalização da água, do saneamento, do maior respeito ao meio ambiente, o maior projeto ambiental da história do Rio de Janeiro, mas que trouxe grandes ensinamentos, ensinamentos que nós tinhamos a obrigação de descentralizar o poder. A Cadeas era um exemplo de políticas públicas. Conselheiro Márcio Pacheco, e que muito se duvidava de que o gestor teria a coragem de perder aquele instrumento de política a um ano e meio da eleição. E nós demonstramos que a população vem, Fred, na frente de nossos anseios e interesses pessoais. A concessão onde nenhum segundo colocado de nenhum bloco sequer recorreu, demonstrando a transparência, demonstrando a seriedade e a nova forma de se tocar a coisa pública. E essa Casa ela é norteadora desses preceitos de como devemos nos conduzir em política pública. E aí, Márcio, as palavras suas palavras são aquelas do Brasil. Espera exatamente, e ouvi isso do governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite, quando ele falava que o julgador não pode ter medo de julgar, o deputado não pode ter medo de legislar e o gestor não pode ter medo de executar, mas, acima do medo, ele deve ter responsabilidade com aquilo que é a coisa pública, e por isso a parceria entre as instituições ela deve ser o nosso principal, pois não há o estado na perspectiva do cidadão, o cidadão na perspectiva do legislativo, o estado na perspectiva do executivo. O cidadão deve ser o dono do TCE ou do Tribunal de Justiça. Existe um estado na perspectiva do cidadão, aquele que paga o imposto, aquele que vive aqui, aquele que empreende aqui, aquele que é o nosso patrão. O patrão de todos nós que somos servidores públicos. E é por esse cidadão que o nosso trabalho, diferente de outras épocas, onde os discursos eram de fortalecimento, fortalecimento, fortalecimento de instituição. E o fortalecimento, Bruno Dubeux, que, se feito da maneira errada, gera isolamento. Hoje, eu fico muito feliz em todas as posses que tenho visto, a palavra colaboração, e a palavra parceria ter sido muito dita do que em si o fortalecimento da instituição. Porque uma instituição forte, e a nossa Constituição é clara, os poderes têm que ser independentes e harmônicos e não independentes e fortes. Nós temos obrigação constitucional de trabalharmos juntos, de olharmos para essa população guerreira, pagadora, sim, de altos impostos, que nós estamos lutando diariamente para baixá-los, Verdini, e essa população merece. Nós temos essa obrigação constitucional de trabalharmos juntos para ela. De deixarmos o cidadão de fora, de que em si o fortalecimento da instituição, porque uma instituição forte, e a nossa Constituição é clara, os poderes têm que ser independentes e harmônicos e não independentes e fortes. Nós temos obrigação constitucional de trabalharmos juntos, de olharmos para essa população guerreira, pagadora, sim, de altos impostos, que nós estamos lutando diariamente para baixá-los, Verdini, e essa população merece. Nós temos essa obrigação constitucional de trabalharmos juntos para ela. De deixarmos o cidadão de fora, de que em si o fortalecimento da instituição, porque uma instituição forte, e a nossa Constituição é clara, os poderes têm que ser independentes e harmônicos e não independentes e fortes. Nós temos obrigação constitucional de trabalharmos juntos, de olharmos para essa população guerreira, pagadora, sim, de altos impostos, que nós estamos lutando diariamente para baixá-los, Verdini, e essa população merece. Nós temos essa obrigação constitucional de trabalharmos juntos para ela. De deixarmos o cidadão de fora, de que em si o fortalecimento da instituição, porque uma instituição forte, e a nossa Constituição é clara, os poderes têm que ser independentes e harmônicos e não independentes e fortes. Nós temos obrigação constitucional de trabalharmos juntos, de olharmos para essa população guerreira, pagadora, sim, de altos impostos, que nós estamos lutando diariamente para baixá-los, Verdini, e essa população merece. Nós temos essa obrigação constitucional de trabalharmos juntos para ela. De deixarmos o cidadão de fora, de que em si o fortalecimento da instituição, porque uma instituição forte, e a nossa Constituição é clara, os poderes têm que ser independentes e harmônicos e não independentes e fortes. Nós temos obrigação constitucional de trabalharmos juntos, de olharmos para essa população guerreira, pagadora, sim, de altos impostos, que nós estamos lutando diariamente para baixá-los, Verdini, e essa população merece. Nós temos essa obrigação constitucional de trabalharmos juntos para ela. De deixarmos o cidadão de fora, de que em si o fortalecimento da instituição, porque uma instituição forte, e a nossa Constituição é clara, os poderes têm que ser independentes e harmônicos e não independentes e fortes. Nós temos obrigação constitucional de trabalharmos juntos, de olharmos para essa população guerreira, pagadora, sim, de altos impostos, que nós estamos lutando diariamente para baixá-los, Verdini, e essa população merece. Nós temos essa obrigação constitucional de trabalharmos juntos para ela. De deixarmos o cidadão de fora, de que em si o fortalecimento da instituição, porque uma instituição forte, e a nossa Constituição é clara, os poderes têm que ser independentes e harmônicos e não independentes e fortes. Nós temos obrigação constitucional de trabalharmos juntos, de olharmos para essa população guerreira, pagadora, sim, de altos impostos, que nós estamos lutando diariamente para baixá-los, Verdini, e essa população merece. Nós temos essa obrigação constitucional de trabalharmos juntos para ela. De deixarmos o cidadão de fora, de que em si o fortalecimento da instituição, porque uma instituição forte, e a nossa Constituição é clara, os poderes têm que ser independentes e harmônicos e não independentes e fortes. Nós temos obrigação constitucional de trabalharmos juntos, de olharmos para essa população guerreira, pagadora, sim, de altos impostos, que nós estamos lutando diariamente para baixá-los, Verdini, e essa população merece. Nós temos essa obrigação constitucional de trabalharmos juntos para ela. De deixarmos o cidadão de fora, de que em si o fortalecimento da instituição, porque uma instituição forte, e a nossa Constituição é clara, os poderes têm que ser independentes e harmônicos e não independentes e fortes. Nós temos obrigação constitucional de trabalharmos juntos, de olharmos para essa população guerreira, pagadora, sim, de altos impostos, que nós estamos lutando diariamente para baixá-los, Verdini, e essa população merece. Nós temos essa obrigação constitucional de trabalharmos juntos para ela. De deixarmos o cidadão de fora, de que em si o fortalecimento da instituição, porque uma instituição forte, e a nossa Constituição é clara, os poderes têm que ser independentes e harmônicos e não independentes e fortes. Nós temos obrigação constitucional de trabalharmos juntos, de olharmos para essa população guerreira, pagadora, sim, de altos impostos, que nós estamos lutando diariamente para baixá-los, Verdini, e essa população merece. Nós temos essa obrigação constitucional de trabalharmos juntos para ela. De deixarmos o cidadão de fora, de que em si o fortalecimento da instituição, porque uma instituição forte, e a nossa Constituição é clara, os poderes têm que ser independentes e harmônicos e não independentes e fortes. Nós temos obrigação constitucional de trabalharmos juntos, de olharmos para essa população guerreira, pagadora, sim, de altos impostos, que nós estamos lutando diariamente para baixá-los, Verdini, e essa população merece. Nós temos essa obrigação constitucional de trabalharmos juntos para ela. De deixarmos o cidadão de fora, de que em si o fortalecimento da instituição, porque uma instituição forte, e a nossa Constituição é clara, os poderes têm que ser independentes e harmônicos e não independentes e fortes. Nós temos obrigação constitucional de trabalharmos juntos, de olharmos para essa população guerreira, pagadora, sim, de altos impostos, que nós estamos lutando diariamente para baixá-los, Verdini, e essa população merece. Nós temos essa obrigação constitucional de trabalharmos juntos para ela. De deixarmos o cidadão de fora, de que em si o fortalecimento da instituição, porque uma instituição forte, e a nossa Constituição é clara, os poderes têm que ser independentes e harmônicos e não independentes e fortes. Nós temos obrigação constitucional de trabalharmos juntos, de olharmos para essa população guerreira, pagadora, sim, de altos impostos, que nós estamos lutando diariamente para baixá-los, Verdini, e essa população merece. Nós temos essa obrigação constitucional de trabalharmos juntos para ela. De deixarmos o cidadão de fora, de que em si o fortalecimento da instituição, porque uma instituição forte, e a nossa Constituição é clara, os poderes têm que ser independentes e harmônicos e não independentes e fortes. Nós temos obrigação constitucional de trabalharmos juntos, de olharmos para essa população guerreira, pagadora, sim, de altos impostos, que nós estamos lutando diariamente para baixá-los, Verdini, e essa população merece. Nós temos essa obrigação constitucional de trabalharmos juntos para ela. De deixarmos o cidadão de fora, de que em si o fortalecimento da instituição, porque uma instituição forte, e a nossa Constituição é clara, os poderes têm que ser independentes e harmônicos e não independentes e fortes. Nós temos obrigação constitucional de trabalharmos juntos, de olharmos para essa população guerreira, pagadora, sim, de altos impostos, que nós estamos lutando diariamente para baixá-los, Verdini, e essa população merece. Nós temos essa obrigação constitucional de trabalharmos juntos para ela. De deixarmos o cidadão de fora, de que em si o fortalecimento da instituição, porque uma instituição forte, e a nossa Constituição é clara, os poderes têm que ser independentes e harmônicos e não independentes e fortes. Nós temos obrigação constitucional de trabalharmos juntos, de olharmos para essa população guerreira, pagadora, sim, de altos impostos, que nós estamos lutando diariamente para baixá-los, Verdini, e essa população merece. Nós temos essa obrigação constitucional de trabalharmos juntos para ela. De deixarmos o cidadão de fora, de que em si o fortalecimento da instituição, porque uma instituição forte, e a nossa Constituição é clara, os poderes têm que ser independentes e harmônicos e não independentes e fortes. Nós temos obrigação constitucional de trabalharmos juntos, de olharmos para essa população guerreira, pagadora, sim, de altos impostos, que nós estamos lutando diariamente para baixá-los, Verdini, e essa população merece. Nós temos essa obrigação constitucional de trabalharmos juntos para ela. De deixarmos o cidadão de fora, de que em si o fortalecimento da instituição, porque uma instituição forte, e a nossa Constituição é clara, os poderes têm que ser independentes e harmônicos e não independentes e fortes. Nós temos obrigação constitucional de trabalharmos juntos, de olharmos para essa população guerreira, pagadora, sim, de altos impostos, que nós estamos lutando diariamente para baixá-los, Verdini, e essa população merece. Nós temos essa obrigação constitucional de trabalharmos juntos para ela. De deixarmos o cidadão de fora, de que em si o fortalecimento da instituição, porque uma instituição forte, e a nossa Constituição é clara, os poderes têm que ser independentes e harmônicos e não independentes e fortes. Nós temos obrigação constitucional de trabalharmos juntos, de olharmos para essa população guerreira, pagadora, sim, de altos impostos, que nós estamos lutando diariamente para baixá-los, Verdini, e essa população merece. Nós temos essa obrigação constitucional de trabalharmos juntos para ela. De deixarmos o cidadão de fora, de que em si o fortalecimento da instituição, porque uma instituição forte, e a nossa Constituição é clara, os poderes têm que ser independentes e harmônicos e não independentes e fortes. Nós temos obrigação constitucional de trabalharmos juntos, de olharmos para essa população guerreira, pagadora, sim, de altos impostos, que nós estamos lutando diariamente para baixá-los, Verdini, e essa população merece. Nós temos essa obrigação constitucional de trabalharmos juntos para ela. De deixarmos o cidadão de fora, de que em si o fortalecimento da instituição, porque uma instituição forte, e a nossa Constituição é clara, os poderes têm que ser independentes e harmônicos e não independentes e fortes. Nós temos obrigação constitucional de trabalharmos juntos, de olharmos para essa população guerreira, pagadora, sim, de altos impostos, que nós estamos lutando diariamente para baixá-los, Verdini, e essa população merece. Nós temos essa obrigação constitucional de trabalharmos juntos para ela. De deixarmos o cidadão de fora, de que em si o fortalecimento da instituição, porque uma instituição forte, e a nossa Constituição é clara, os poderes têm que ser independentes e harmônicos e não independentes e fortes. Nós temos obrigação constitucional de trabalharmos juntos, de olharmos para essa população guerreira, pagadora, sim, de altos impostos, que nós estamos lutando diariamente para baixá-los, Verdini, e essa população merece. Nós temos essa obrigação constitucional de trabalharmos juntos para ela. De deixarmos o cidadão de fora, de que em si o fortalecimento da instituição, porque uma instituição forte, e a nossa Constituição é clara, os poderes têm que ser independentes e harmônicos e não independentes e fortes. Nós temos obrigação constitucional de trabalharmos juntos, de olharmos para essa população guerreira, pagadora, sim, de altos impostos, que nós estamos lutando diariamente para baixá-los, Verdini, e essa população merece. Nós temos essa obrigação constitucional de trabalharmos juntos para ela. De deixarmos o cidadão de fora, de que em si o fortalecimento da instituição, porque uma instituição forte, e a nossa Constituição é clara, os poderes têm que ser independentes e harmônicos e não independentes e fortes. Nós temos obrigação constitucional de trabalharmos juntos, de olharmos para essa população guerreira, pagadora, sim, de altos impostos, que nós estamos lutando diariamente para baixá-los, Verdini, e essa população merece. Nós temos essa obrigação constitucional de trabalharmos juntos para ela. De deixarmos o cidadão de fora, de que em si o fortalecimento da instituição, porque uma instituição forte, e a nossa Constituição é clara, os poderes têm que ser independentes e harmônicos e não independentes e fortes. Nós temos obrigação constitucional de trabalharmos juntos, de olharmos para essa população guerreira, pagadora, sim, de altos impostos, que nós estamos lutando diariamente para baixá-los, Verdini, e essa população merece. Nós temos essa obrigação constitucional de trabalharmos juntos para ela. De deixarmos o cidadão de fora, de que em si o fortalecimento da instituição, porque uma instituição forte, e a nossa Constituição é clara, os poderes têm que ser independentes e harmônicos e não independentes e fortes. Nós temos obrigação constitucional de trabalharmos juntos, de olharmos para essa população guerreira, pagadora, sim, de altos impostos, que nós estamos lutando diariamente para baixá-los, Verdini, e essa população merece. Nós temos essa obrigação constitucional de trabalharmos juntos para ela. De deixarmos o cidadão de fora, de que em si o fortalecimento da instituição, porque uma instituição forte, e a nossa Constituição é clara, os poderes têm que ser independentes e harmônicos e não independentes e fortes. Nós temos obrigação constitucional de trabalharmos juntos, de olharmos para essa população guerreira, pagadora, sim, de altos impostos, que nós estamos lutando diariamente para baixá-los, Verdini, e essa população merece. Nós temos essa obrigação constitucional de trabalharmos juntos para ela. De deixarmos o cidadão de fora, de que em si o fortalecimento da instituição, porque uma instituição forte, e a nossa Constituição é clara, os poderes têm que ser independentes e harmônicos e não independentes e fortes. Nós temos obrigação constitucional de trabalharmos juntos, de olharmos para essa população guerreira, pagadora, sim, de altos impostos, que nós estamos lutando diariamente para baixá-los, Verdini, e essa população merece. Nós temos essa obrigação constitucional de trabalharmos juntos para ela. De deixarmos o cidadão de fora, de que em si o fortalecimento da instituição, porque uma instituição forte, e a nossa Constituição é clara, os poderes têm que ser independentes e harmônicos e não independentes e fortes. Nós temos obrigação constitucional de trabalharmos juntos, de olharmos para essa população guerreira, pagadora, sim, de altos impostos, que nós estamos lutando diariamente para baixá-los, Verdini, e essa população merece. Nós temos essa obrigação constitucional de trabalharmos juntos para ela. De deixarmos o cidadão de fora, de que em si o fortalecimento da instituição, porque uma instituição forte, e a nossa Constituição é clara, os poderes têm que ser independentes e harmônicos e não independentes e fortes. Nós temos obrigação constitucional de trabalharmos juntos, de olharmos para essa população guerreira, pagadora, sim, de altos impostos, que nós estamos lutando diariamente para baixá-los, Verdini, e essa população merece. Nós temos essa obrigação constitucional de trabalharmos juntos para ela. De deixarmos o cidadão de fora, de que em si o fortalecimento da instituição, porque uma instituição forte, e a nossa Constituição é clara, os poderes têm que ser independentes e harmônicos e não independentes e fortes. Nós temos obrigação constitucional de trabalharmos juntos, de olharmos para essa população guerreira, pagadora, sim, de altos impostos, que nós estamos lutando diariamente para baixá-los, Verdini, e essa população merece. Nós temos essa obrigação constitucional de trabalharmos juntos para ela. De deixarmos o cidadão de fora, de que em si o fortalecimento da instituição, porque uma instituição forte, e a nossa Constituição é clara, os poderes têm que ser independentes e harmônicos e não independentes e fortes. Nós temos obrigação constitucional de trabalharmos juntos, de olharmos para essa população guerreira, pagadora, sim, de altos impostos, que nós estamos lutando diariamente para baixá-los, Verdini, e essa população merece. Nós temos essa obrigação constitucional de trabalharmos juntos para ela. De deixarmos o cidadão de fora, de que em si o fortalecimento da instituição, porque uma instituição forte, e a nossa Constituição é clara, os poderes têm que ser independentes e harmônicos e não independentes e fortes. Nós temos obrigação constitucional de trabalharmos juntos, de olharmos para essa população guerreira, pagadora, sim, de altos impostos, que nós estamos lutando diariamente para baixá-los, Verdini, e essa população merece. Nós temos essa obrigação constitucional de trabalharmos juntos para ela. De deixarmos o cidadão de fora, de que em si o fortalecimento da instituição, porque uma instituição forte, e a nossa Constituição é clara, os poderes têm que ser independentes e harmônicos e não independentes e fortes. Nós temos obrigação constitucional de trabalharmos juntos, de